



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO
16.693.832/0001-70
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
09/08/2012NOME EMPRESARIAL
SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDATÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
SUPER MERCADO ALTO ALEGREPORTE
EPPCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios
47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes
47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues
47.22-9-02 - Peixaria
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária LimitadaLOGRADOURO
AV JOSE BONIFACIONUMERO
1267COMPLEMENTO
*****CEP
85.898-000BAIRRO/DISTRITO
CENTROMUNICÍPIO
SAO JOSE DAS PALMEIRASUF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(45) 3523-5544ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
09/08/2012

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/06/2025 às 11:52:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 16.693.832/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/08/2012
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais 47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV JOSE BONIFACIO	NUMERO 1267	COMPLEMENTO *****
---------------------------------	----------------	----------------------

CEP 85.898-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO JOSE DAS PALMEIRAS	UF PR
-------------------	---------------------------	-------------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (45) 3523-5544
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/08/2012
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/06/2025 às 11:52:20 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 16.693.832/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:36:37 do dia 09/06/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/12/2025.

Código de controle da certidão: **4381.BC6D.8460.AE30**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 037000652-71

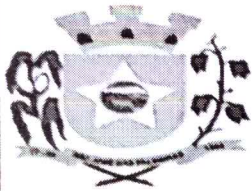
Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **16.693.832/0001-70**
Nome: **SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 07/10/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 77.819.605/0001-33

CERTIDÃO NEGATIVA

259/2025

IMPORTANTE:

FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **08/08/2025**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

INSCRIÇÃO EMPRESA	CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARÁ
234	16.693.832/0001-70	9060485400	96

ENDEREÇO AVENIDA JOSE BONIFACIO, 1267 - CENTRO - MERCADO São José das Palmeiras - PR CEP: 85898000

CNAE / ATIVIDADES

Padaria e confeitaria com predominância de revenda, Comércio varejista de laticínios e frios, Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes, Comércio varejista de carnes - açougues, Peixaria, Comércio varejista de bebidas, Comércio varejista de hortifrutigranjeiros, Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente, Comércio varejista de ferragens e ferramentas, Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação, Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, Comércio varejista de móveis, Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho, Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente, Comércio varejista de artigos de papelaria, Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Comércio varejista de calçados, Comércio varejista de artigos de viagem, Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CÓD. AUTENTICAÇÃO: 9ZTMZCS2QEM5M4XXXB92

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE PELA INTERNET EM São José das Palmeiras, 09 de Junho de 2025

QUALQUER RASURA INVALIDARÁ ESSE DOCUMENTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 16.693.832/0001-70

Certidão n°: 32419875/2025

Expedição: 11/06/2025, às 17:38:46

Validade: 08/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **16.693.832/0001-70**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 16.693.832/0001-70
Razão Social: SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
Endereço: AV JOSE BONIFACIO / CENTRO / SAO JOSE DAS PALMEIRAS / PR / 85898-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/06/2025 a 07/07/2025

Certificação Número: 2025060803191987052033

Informação obtida em 11/06/2025 17:39:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CONTRATO SOCIAL



SANTIN BARATO, pessoa física, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.353.758/PR e inscrito no CPF. sob o nº. 016.044.149-87, residente e domiciliado no Município de São Jose das Palmeiras-PR, na Rua João Batista Chagas, 832 – Centro - CEP: 85.898-000, e;

MARCELO BARATO, pessoa física, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.378.035-5/PR e inscrito no CPF. sob o nº 007.537.019-01, residente e domiciliado no Município de São Jose das Palmeiras-PR, na Rua João Batista Chagas, 796 – Centro - CEP: 85.898-000.

Tem entre si justa e contratada a constituição de uma Sociedade Empresária do tipo Limitada, na Forma da Lei nº 10.406/2002, mediante as Clausulas e condições seguintes:

CLAUSULA 1ª: NOME EMPRESARIAL – A sociedade girará sob o nome empresarial de “**SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**”.

CLAUSULA 2ª: ENDEREÇO – A sociedade tem sua sede na Avenida Jose Bonifácio, 1267 – Centro – São Jose das Palmeiras-PR, CEP: 85898-000.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO SOCIAL – O ramo de atividade da sociedade será: “Comércio Varejista de Produtos de Padaria e Confeitaria (cnae-4721-1/02); Laticínios e Frios (cnae-4721-1/03); Doces, Balas, Bombons e Semelhantes (cnae-4721-1/04); Carnes e Derivados (cnae-4722-9/01); Peixaria (cnae-4722-9/02); Bebidas e Refrigerantes (cnae-4723-7/00); Hortifrutigranjeiros (cnae-4724-5/00); Gêneros Alimentícios (cnae-4729-6/99); Brinquedos e Artigos Recreativos (cnae-4763-6/01); Produtos de Perfumaria, Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal (cnae-4772-5/00); Calçados (cnae-4782-2/01); Rações e Outros Produtos Alimentícios para Animais Domésticos (cnae-4789-0/04) e Produtos Saneantes Domissanitários (cnae-4789-0/05).

CLÁUSULA 4ª: INICIO DAS ATIVIDADES e PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE - A sociedade iniciará suas atividades em 06.08.2012 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA 5ª: CAPITAL SOCIAL – DISTRIBUIÇÃO – O capital social subscrito é de R\$: 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas, com valor nominal de R\$: 1,00 (um real) cada uma, que será integralizado pelos sócios da seguinte forma e prazo:

No ato:

R\$: 15.000,00 (quinze mil reais) em moeda corrente no País, para o sócio **MARCELO BARATO**;

R\$: 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em moeda corrente no País, para o sócio **SANTIN BARATO**.

À Integralizar em 31.10.2012:

Santin

Marcelo

SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

CONTRATO SOCIAL



R\$: 15.000,00 (quinze mil reais) em moeda corrente no País, para o sócio **MARCELO BARATO**;
R\$: 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em moeda corrente no País, para o sócio **SANTIN BARATO**.

Ficando assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR-R\$:
SANTIN BARATO	70.000	70,00	70.000,00
MARCELO BARATO	30.000	30,00	30.000,00
T O T A L	100.000	100,00	100.000,00

§ 1º: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º: As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios, que representem à maioria absoluta do capital social.

CLÁUSULA 6ª: LUCROS e PREJUÍZOS - Os sócios participarão dos lucros e prejuízos na proporção das respectivas quotas de capital e serão apurados trimestralmente ou anualmente.

§ 1º: Os sócios poderão, de comum acordo, efetuar a distribuição de lucros que a sociedade obtiver a qualquer momento, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

§ 2º: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

CLÁUSULA 7ª: CESSÃO DAS QUOTAS - As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o prévio e expresso consentimento, dos outros sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência, para a sua aquisição se postas à venda. Caso seja realizada a cessão de quotas, deverá ser formalizada a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA 8ª: TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS - O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito aos sócios remanescentes, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem o direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser vendidas a terceiros, que não participam do capital social da sociedade antes da referida cessão ou transferência.

CLÁUSULA 9ª: ADMINISTRAÇÃO e USO DA FIRMA - A administração da sociedade será exercida individualmente pelo sócio **MARCELO BARATO**,

Santin

MB

SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CONTRATO SOCIAL



DO PARANÁ



anteriormente qualificado, sendo o prazo do mandato indeterminado, tomando posse no ato da assinatura do presente contrato.

§ 1º: O administrador é dispensado da caução, podendo ser destituído sem direito a qualquer indenização, por deliberação expressa, de no mínimo 2/3 (dois terços) dos titulares do capital social, cuja alteração de contrato deverá ser averbada no registro competente no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 2º: Compete ao Administrador o uso do nome empresarial, podendo para tanto, realizar individualmente todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, assumir compromissos profissionais de âmbito nacional, representar a sociedade perante terceiros, repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias, estabelecimentos bancários e instituições financeiras, representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes específicos.

§ 3º: O Administrador receberá, a título de remuneração, um pró-labore mensal, cuja quantia será fixada de comum acordo, entre os sócios quotistas.

§ 4º: O administrador responderá solidariamente, perante a sociedade e terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

§ 5º: É vedado ao administrador e a qualquer procurador por ele constituído, prestar em nome da sociedade, avais, fianças e/ou praticar quaisquer atos de favor, estranhos ao interesse social, bem como de agir por modo de representação diversa do estabelecido neste instrumento, sob pena de serem nulos e de nenhum efeito os atos assim praticados, assim como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, salvo se os respectivos atos tiverem sido previamente aprovados por deliberação unânime, dos demais sócios quotistas.

CLÁUSULA 10ª: BALANÇO PATRIMONIAL e PRESTAÇÃO DE CONTAS - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

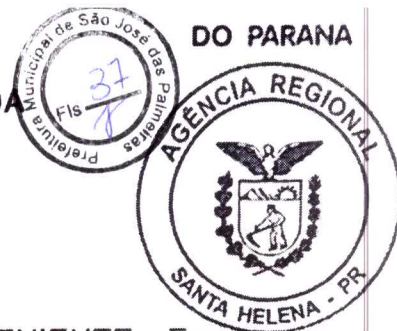
§ Único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e poderão designar outro administrador, se for do interesse dos sócios quotistas.

CLÁUSULA 11ª: DESIMPEDIMENTO - O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Santi

MSF

SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CONTRATO SOCIAL



CLÁUSULA 12ª: FALECIMENTO ou INCAPACIDADE SUPERVENIENTE - Em caso de falecimento de qualquer sócio, a sociedade poderá continuar com suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores do "de cujus" ou do incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, a sociedade poderá ser dissolvida.

CLÁUSULA 13ª: EXCLUSÃO DO SÓCIO - Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios representando no mínimo 3/4 (três quartos), do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configure justa causa.

§ 1º: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim. Ciente o acusado em tempo hábil, para permitir seu comparecimento e o exercício de ampla defesa.

§ 2º: Será também excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3º: No caso de morte, retirada, exclusão de sócio ou dissolução da sociedade, o valor das quotas considerado pelo montante efetivamente realizado, será liquidada com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do respectivo valor, podendo ainda, ser elaborada outra forma de pagamento a critério dos sócios remanescentes.

§ 4º: A retirada, exclusão ou morte de sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações social anteriores, até dois anos após, averbada a resolução da sociedade.

CLÁUSULA 14ª: EXERCÍCIO SOCIAL - O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o balanço geral da sociedade, obedecidas às prescrições legais e técnicas. Os resultados serão atribuídos aos sócios, proporcionalmente as suas quotas de capital.

CLÁUSULA 15ª: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II do livro II, da Lei nº. 10406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

CLÁUSULA 16ª: FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato.

E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, devidamente rubricados pelos sócios, a margem de suas folhas, que se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Santi

MSP

H

SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CONTRATO SOCIAL



São Jose das Palmeiras-PR, 06 de Agosto de 2012.

Marcelo Barato
MARCELO BARATO

Jonatin Baratto
SATIN BARATO

Meix'ni Perrella
OAB-PR 35.702



SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 16.693.832/0001-70
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



DO PARANÁ



SANTIN BARATO, pessoa física, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.353.758/PR e inscrito no CPF. sob o nº. 016.044.149-87, residente e domiciliado no Município de São Jose das Palmeiras-PR, na Rua João Batista Chagas, 832 – Centro - CEP: 85.898-000 e **MARCELO BARATO**, pessoa física, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.378.035-5/PR e inscrito no CPF. sob o nº 007.537.019-01, residente e domiciliado no Município de São Jose das Palmeiras-PR, na Rua João Batista Chagas, 796 – Centro - CEP: 85.898-000. ÚNICOS sócios componentes da sociedade empresária limitada, que gira nesta praça de São Jose das Palmeiras-PR, na Avenida Jose Bonifácio, 1267 – Centro – CEP: 85898-000, sob o nome empresarial de “**SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA**” com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Paraná sob nº 412 07415173 em 09/08/2012. Resolvem por esse instrumento, alterar o seu contrato social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA 1ª: OBJETO SOCIAL – O ramo de atividade da sociedade será: “Comércio Varejista de Produtos de Padaria e Confeitaria (cnae-4721-1/02); Laticínios e Frios (cnae-4721-1/03); Doces, Balas, Bombons e Semelhantes (cnae-4721-1/04); Carnes e Derivados (cnae-4722-9/01); Peixaria (cnae-4722-9/02); Bebidas e Refrigerantes (cnae-4723-7/00); Hortifrutigranjeiros (cnae-4724-5/00); Gêneros Alimentícios (cnae-4729-6/99); Ferramentas (cnae-4744-0/01); Equipamentos, Periféricos e Acessórios de Informática (cnae-4751-2/01); Equipamentos de Comunicação (cnae-4752-1/00); Eletrodomésticos (cnae-4753-9/00); Móveis (cnae-4754-7/01); Artigos de Cama, Mesa e Banho (cnae-4755-5/03); Artigos de Uso Pessoal e Domésticos (cnae-4759-8/99); Artigos de Papelaria (cnae-4761-0/03); Brinquedos e Artigos Recreativos (cnae-4763-6/01); Produtos de Perfumaria, Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal (cnae-4772-5/00); Artigos do Vestuário e Acessórios (cnae-4781-4/00); Calçados (cnae-4782-2/01); Artigos de Viagens (malas, bolsas, valises e etc.)(cnae-4782-2/02); Plantas e Flores Naturais (cnae-4789-0/02); Rações e Outros Produtos Alimentícios para Animais Domésticos (cnae-4789-0/04); Produtos Saneantes Domissanitários (cnae-4789-0/05) e Plantas e Flores Artificiais (cnae-4789-0/99).

CLAUSULA 2ª: ADMINISTRAÇÃO e USO DA FIRMA - A administração da sociedade passa a ser exercida individualmente pelos sócios **SANTIN BARATO e MARCELO BARATO**, anteriormente qualificado, sendo o prazo do mandato indeterminado, tomando posse no ato da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA 3ª: DESIMPEDIMENTO - O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

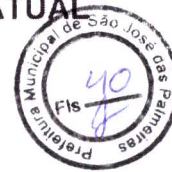
CLÁUSULA 4ª: INALTERADAS - Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas e parágrafos não modificados por esta alteração, que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

Marcelo Barato

SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 16.693.832/0001-70
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

JUNTA COMERCIAL

DO PARANÁ



E, por assim terem justo e contratado, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, devidamente rubricados pelos sócios, a margem de suas folhas, que se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

São Jose das Palmeiras-PR, 31 de Agosto de 2012.

Marcelo Barato
MARCELO BARATO

Satin Barato
SATIN BARATO

	JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ	
	AGENCIA REGIONAL DE SANTA HELENA	
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/09/2012	
	SOB NÚMERO: 20126029776	
	Protocolo: 12/602977-6, DE 05/09/2012	
Empresa: 41 2 0741517 3		<i>Sebastião Motta</i>
SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA		
		SEBASTIÃO MOTTA
		SECRETARIO GERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE SANTA HELENA – ESTADO DO PARANÁ

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR,
DEPOSITÁRIO PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL

SERGIO ALVES DREHER
OFICIAL DESIGNADO



CERTIDÃO

NEGATIVA JUDICIAL ESPECÍFICA

SERGIO ALVES DREHER, Titular Designado do Cartório Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, na forma da lei etc...

CERTIFICO, atendendo a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste único Cartório do Distribuidor Público e Anexos da Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, os registros e demais elementos componentes do arquivo, referente ao FORO JUDICIAL, neles verifiquei a **INEXISTÊNCIA**, específica de **FALÊNCIAS OU CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL (LEI 11.101/2005)**, de responsabilidade de:

SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ nº 16.693.832/0001-70, estabelecida na Avenida José Bonifácio, nº 1267, centro, no Município de São José das Palmeiras – PR, nesta Comarca.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de SANTA HELENA, Estado do Paraná, ao(s) 09 dia(s) do mês de Junho do ano de 2025.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

SAIMON ALVES DREHER
Auxiliar Juramentado

A presente Certidão Negativa somente terá validade com o carimbo oficial do Cartório Distribuidor
EDÍFICIO DO FÓRUM – AVENIDA BRASIL, 1550, CENTRO – CEP: 85.892-000 – FONE: (45)3268.1248

Município de São José das Palmeiras
Solicitação 48/2025



13/06/2025

Página 1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
48	Aquisição de Material	12/06/2025	10
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
5134-9	MIGUEL OLIVEIRA DE FARIA	0/2025	
Local			
8002	Depto. Fomento a Agrop. Meio Ambiente		
Órgão			
08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.			
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
		Depósito bancário	
Entrega			
Local		Prazo	
		Dias	

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
021010	Arroz, branco classe longo fino, tipo1	PCT	438,00	22,89	10.025,82
	Arroz, branco classe longo fino, tipo1, subgrupo polido embalagem de 5kg, isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade. Informações do fabricante, especificações do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.				
021011	Açúcar cristal, especial	PCT	438,00	22,45	9.833,10
	Açúcar cristal, especial, aspecto granuloso fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, saco plástico atóxico, embalagem de 5kg. Informações do fabricante, especificações do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.				
021012	Feijão de Cores, tipo1, embalagem de 1kg,	PCT	876,00	4,99	4.371,24
	Feijão de Cores, tipo1, embalagem de 1kg, grãos de tamanho médio a grande, inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos ou corpos estranhos, especificações do produto e com validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.				
021013	Macarrão de sêmola contendo farinha de trigo	PCT	876,00	3,63	3.179,88
	Macarrão de sêmola contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e acido fólico e corante natural urucum e cúrcuma, embalagem de 500g, informações nutricionais, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.				
021014	Farinhade Trigo Tipo1, embalagem de 1kg, aspecto fino	PCT	438,00	3,25	1.423,50
	Farinhade Trigo Tipo1, embalagem de 1kg, aspecto fino, isenta de matéria terrosa, fungos, mofos, parasitas e larvas, livre de umidade e fragmentos estranhos, com especificação dos ingredientes, informações do fabricante, com validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega.				
021015	Óleo de soja, filtrado no mínimo 5 (cinco) vezes	UN	876,00	8,11	7.104,36
	Óleo de soja, filtrado no mínimo 5 (cinco) vezes, zero de gordura trans, s/colesterol, embalagem de 900ml, informações do fabricante, especificação do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.				
021016	Sal refinado iodado, embalagem de 1kg	UN	438,00	1,64	718,32
	Sal refinado iodado, embalagem de 1kg com especificações do produto e com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.				
021017	Café torrado e moído, embalagem almofada com 500gr	UN	438,00	25,99	11.383,62
	Café torrado e moído, embalagem almofada com 500gr, certificação superior e selo de Pureza ABIC, com as especificações do produto e validade mínima de 04 meses acontar da data da entrega.				
021018	Bolacha doce, tamanho uniforme	UN	438,00	8,56	3.749,28
	Bolacha doce, tamanho uniforme, acondicionada em embalagem plástica dupla proteção transparentes apropriados, com informações nutricionais, peso, data de fabricação, com validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega, embalagem de 740gr				
021019	Molho de tomate	UN	438,00	1,75	766,50
	Molho de tomate, elaborado a partir da polpa de tomate, levemente consistente, com Presença de especiarias, sendo envasado em embalagem aluminizada previamente esterilizada, embalagem de 300gr.				
TOTAL					52.555,62
TOTAL GERAL					52.555,62

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 9.314

Homologa situação de emergência no Município de São José das Palmeiras em face da ocorrência de Estiagem.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V e VI do art. 87 da Constituição do Estado do Paraná, tendo em vista o que dispõe o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 06 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022 (DOU nº 25 de 04/02/2022), bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de São José das Palmeiras, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres – FIDE, consubstanciado no protocolo nº 23.701.342-5,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 52 de 20 de março de 2025, exarado pelo Prefeito de São José das Palmeiras, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Estiagem.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 9.314

citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 21 de março de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR

Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA

Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG

Coordenador Estadual de Defesa Civil

Documento: **9314.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Carlos Roberto Massa Junior** em 21/03/2025 17:39.

Inserido ao protocolo **23.701.342-5** por: **Thais Fabiana Ferreira da Silva** em: 21/03/2025 17:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
63a7accd6abcd3bf767dfe912889b76c.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 052/2024 - DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS
ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM (14110).

DECRETO Nº 052 de 20 de Março de 2025.

Declara Situação de Emergência nas áreas do
município afetadas por Estiagem (14110).

O(A) Senhor(a) Franco Maria Alves Cabral, Prefeito(a) do município de São José das Palmeiras, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

- Que ocorreu Estiagem prolongada. O Município vem enfrentando baixo índice pluviométrico de 01/06 /2024 até 28/02/2025, no período citado deveria chover aproximadamente 2.100 mm, mas neste mesmo período choveu apenas 881 mm que desencadeou o desastre. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
- Como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
- Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem (14110).

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

- Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza- se o início dos



processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 20 de Março de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL

Prefeito(a) Municipal

Publicado por:

Isabela Aparecida Arboleya

Código Identificador:BBD98613

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 21/03/2025. Edição 3240

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 9.314

Homologa situação de emergência no Município de São José das Palmeiras em face da ocorrência de Estiagem.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V e VI do art. 87 da Constituição do Estado do Paraná, tendo em vista o que dispõe o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 06 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022 (DOU nº 25 de 04/02/2022), bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de São José das Palmeiras, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres – FIDE, consubstanciado no protocolo nº 23.701.342-5,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 52 de 20 de março de 2025, exarado pelo Prefeito de São José das Palmeiras, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Estiagem.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 9.314

citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 21 de março de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR

Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA

Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG

Coordenador Estadual de Defesa Civil

Documento: **9314.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Carlos Roberto Massa Junior** em 21/03/2025 17:39.

Inserido ao protocolo **23.701.342-5** por: **Thais Fabiana Ferreira da Silva** em: 21/03/2025 17:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
63a7accd6abcd3bf767dfe912889b76c.



Art. 1º Aprova a instituição do Programa de Integridade do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. A Portaria que institui o Programa de Integridade será publicada no Diário Oficial da União e publicada no site oficial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

VALDER RIBEIRO DE MOURA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.028, DE 1º DE ABRIL DE 2025

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1º de janeiro de 2023, publicada no D.O.U., de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previsto no art. 5º da Portaria n. 1089, de 03 de abril de 2024, constante no processo administrativo n. 59053.005889/2021-81, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Águas Formosas-MG para ações de Defesa Civil, até 03/06/2025.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.046, DE 1º DE ABRIL DE 2025

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Maria - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1º de janeiro de 2023, publicada no D.O.U., de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Maria - RS, no valor de R\$ 281.178,00 (duzentos e oitenta e um mil cento e setenta e oito reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo Sei n.º 59052.034626/2025-13.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme a legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.0001; GND: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza emergencial e as ações a serem implementadas, o prazo para a execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4º A utilização dos recursos transferidos, pelo ente beneficiário, está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O ente beneficiário deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias, contados da data-fim do prazo estabelecido para a execução das ações ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento do prazo, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.049, DE 2 DE ABRIL DE 2025

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1º de janeiro de 2023, publicada no D.O.U., de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Renovar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3º da Portaria n. 2407, de 05 de julho de 2024, constante no processo administrativo n. 59052.026124/2024-38, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de São João do Polêsine - RS para ações de Defesa Civil, até 12/07/2025.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.050, DE 2 DE ABRIL DE 2025

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1º de janeiro de 2023, publicada no D.O.U., de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Renovar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3º da Portaria n. 2451, de 09 de julho de 2024, constante no processo administrativo n. 59052.026451/2024-90, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Nova Santa Rita - RS para ações de Defesa Civil, até 07/05/2025.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.051, DE 2 DE ABRIL DE 2025

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1º de janeiro de 2023, publicada no D.O.U., de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Renovar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3º da Portaria n. 3149, de 19 de setembro de 2024, constante no processo administrativo n. 59052.029828/2024-62, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Cachoeira do Sul - RS para ações de Defesa Civil, até 17/05/2025.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.052, DE 2 DE ABRIL DE 2025

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1º de janeiro de 2023, publicada no D.O.U., de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Renovar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3º da Portaria n. 3.967, de 19 de dezembro de 2023, constante no processo administrativo n. 59052.015878/2023-81, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Joaquim Nabuco - PE para ações de Defesa Civil, até 26/07/2025.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.062, DE 3 DE ABRIL DE 2025

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Bom Jesus da Lapa	Estiagem 1.4.1.1.0	124	19/03/2025	59051.042426/2025-44
BA	Ibitiara	Estiagem 1.4.1.1.0	062	10/03/2025	59051.042390/2025-07
MA	Bom Jardim	Chuvas Intensas 1.3.2.1.4	08	13/03/2025	59051.042069/2025-14
MA	Morirão	Inundações 1.2.1.0.0	07	13/03/2025	59051.042028/2025-28
PB	Aroeiras	Estiagem 1.4.1.1.0	005	24/03/2025	59051.042407/2025-18
PB	Coxixola	Estiagem 1.4.1.1.0	005	11/03/2025	59051.042068/2025-70
PB	Picuí	Estiagem 1.4.1.1.0	1.176	21/03/2025	59051.042379/2025-39
PE	Carnaíba	Estiagem 1.4.1.1.0	008	24/03/2025	59051.042409/2025-15
PE	Ingazeira	Estiagem 1.4.1.1.0	010	20/03/2025	59051.042248/2025-51
PE	Sanharó	Estiagem 1.4.1.1.0	07	10/03/2025	59051.042074/2025-27
PE	Tacaratu	Estiagem 1.4.1.1.0	007	21/03/2025	59051.042415/2025-64
PE	Trindade	Estiagem 1.4.1.1.0	021	26/03/2025	59051.042427/2025-99
RN	Paraná	Seca - 1.4.1.2.0	194	17/03/2025	59051.042387/2025-85

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.065, DE 3 DE ABRIL DE 2025

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	Balsa Nova	Vendaval 1.2.2.1.5	036	28/03/2025	59051.042377/2025-40
PR	São José das Palmeiras	Estiagem 1.4.1.1.0	052	20/03/2025	59051.042410/2025-31
RS	Alto Alegre	Estiagem 1.4.1.1.0	3.823	11/02/2025	59051.042372/2025-17
RS	Cacique Doble	Estiagem 1.4.1.1.0	1.036	10/02/2025	59051.042422/2025-66
RS	Harmonia	Enxurradas 1.2.2.0.0	2.037	05/03/2025	59051.042391/2025-43
RS	Ibarama	Estiagem 1.4.1.1.0	2.580	26/02/2025	59051.042424/2025-55
RS	Ibirapuitã	Estiagem 1.4.1.1.0	3.466	15/02/2025	59051.042421/2025-11
RS	Marau	Estiagem 1.4.1.1.0	6.166	20/02/2025	59051.042423/2025-19
RS	Ponte Preta	Estiagem 1.3.1.1.0	2.799	26/02/2025	59051.042411/2025-86
RS	Quinze de Novembro	Estiagem 1.4.1.1.0	3.004	03/02/2025	59051.042418/2025-06
RS	Sananduva	Estiagem 1.4.1.1.0	7.971	21/02/2025	59051.042419/2025-42
RS	Santa Cecília do Sul	Estiagem 1.4.1.1.0	1.798	10/03/2025	59051.042416/2025-17

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS





ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS PRODUTOS	MARCA	VLR UNITÁRIO.	VLR TOTAL DO ITEM
01	438	PCT	Arroz, branco classe longo fino, tipo1, subgrupo polido embalagem de 5kg, isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade. Informações do fabricante, especificações do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.	DELICIOSO	22,89	10.025,82
02	438	PCT	Açúcar cristal, especial, aspecto granuloso fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, saco plástico atóxico, embalagem de 5kg. Informações do fabricante, especificações do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	ALTO ALEGRE	22,45	9.833,10
03	876	PCT	Feijão de Cores, tipo1, embalagem de 1kg, grãos de tamanho médio a grande, inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos ou corpos estranhos, especificações do produto e com validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	DELICIOSO	4,99	4.371,24
04	876	PCT	Macarrão de sêmola contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corante natural urucum e cúrcuma, embalagem de 500g, informações nutricionais, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	FLORIANI	3,63	3.179,88
05	438	PCT	Farinhade Trigo Tipo1, embalagem de 1kg, aspecto fino, isenta de matéria terrosa, fungos, mofo, parasitas e larvas, livre de umidade e fragmentos estranhos, com especificação dos ingredientes, informações do fabricante, com validade mínima de 04 meses a contar da data de entrega.	MARGARIDA	3,25	1.423,50
06	876	UN	Óleo de soja, filtrado no mínimo 5 (cinco) vezes, zero de gordura trans, s/colesterol, embalagem de 900ml, informações do fabricante, especificação do produto e com validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.	COAMO	8,11	7.104,36
07	438	PCT	Sal refinado iodado, embalagem de 1kg com especificações do produto e com validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega.	SATORI	1,64	718,32
08	438	UNID.	Café torrado e moído, embalagem almofada com 500gr, certificação superior e selo de Pureza ABIC, com as especificações do produto e validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	ILHA GRANDE	25,99	11.383,62
09	438	PCT	Bolacha doce, tamanho uniforme, acondicionada em embalagem plástica dupla proteção transparentes apropriados, com informações nutricionais, peso, data de fabricação, com validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega, embalagem de 740gr.	PARATI	8,56	3.749,28
10	438	UNID.	Molho de tomate, elaborado a partir da polpa de tomate, levemente consistente, com Presença de especiarias, sendo envasado em embalagem aluminizada previamente esterilizada, embalagem de 300gr.	POMODORO	1,75	766,50
			VALOR TOTAL		119,99	52.555,62

16.693.832/0001-70

SANTIN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

Av. José Bonifácio, 1267 - Centro
São José das Palmeiras - Paraná